



Índice

- 01** RO – Grileiros querem invadir área indígena
- 02** Último prazo determinado pela Justiça para que Acrissul integralize depósito do 'leilão da resistência' termina na próxima sexta-feira, dia 31
- 03** MS – Começa hoje a Aty Guasu dos Jovens Guarani e Kaiowá, na aldeia Te'iykue/Caarapo
- 04** ABA: Campanha pela titulação das terras quilombolas. Assine a Petição!
- 05** Caixa assina contratos do PNHR com 215 famílias quilombolas no Amapá
- 06** Padre Ton expõe em Bruxelas situação dos indígenas Awá-Guajá
- 07** Não morreremos educadamente
- 08** MPF/AM consegue na Justiça retirada de ocupantes de terras do povo Jaminawa
- 09** Etnia Pataxó denuncia perseguição em Açucena
- 10** Posseiros voltam a invadir terra indígena Marãiwatsédé e fecham rodovia
- 11** 90% dos não índios ocupantes de reserva Awá já foram notificados
- 12** AM – Alunos de licenciatura indígena lançam obras pioneiras no País
- 13** Verdelândia, MG – Suspeito envolvido em atentado contra quilombolas é ouvido e liberado
- 14** Ex-escravos lembram rotina em fazenda nazista no interior de SP



- 15 Comissão define em fevereiro roteiro de trabalho sobre demarcação de terras indígenas
- 16 Funai presta contas ao Parlamento Europeu sobre o processo de expulsão de agricultores de área demarcada no Maranhão
- 17 Dilma Rousseff não manda na política indigenista brasileira
- 18 Minha Casa, Minha Vida vai contemplar comunidades quilombolas de Cachoeiro
- 19 Autores de execução de motorista em reserva indígena não são identificados
- 20 Projeto susta demarcação de terra indígena Kaingang no Rio Grande do Sul
- 21 Editores do site publicam artigo sobre migrações indígenas na Revista Clio (UFPE)
- 22 Invasões nas terras Mura
- 23 FAIND/UFMG abre amanhã inscrições para Especialização em Educação Intercultural
- 24 No MA, ônibus de viagem é assaltado dentro de reserva indígena na BR-226
- 25 Suiá-Missú: Produtores rurais retomam área de onde foram expulsos pela Funai
- 26 Cacique Damião é perseguido por invasores em Marãiwatsédé, e Polícias Federal e Rodoviária vão retornar à terra indígena
- 27 Indígenas apontam nome para secretaria
- 28 Ilegalidades: Procuradoria pede anulação de portaria da reserva do Morro dos Cavalos
- 29 Policias Federal e Rodoviária vão retornar à terra indígena Marãiwatsédé
- 30 Quarta-feira o programa A Voz do Índio apresentará seu 13º programa



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

-
- 31** [MEC lança edital para selecionar livros com temática indígena](#)
 - 32** [Diversidade Cultural, esquecida da Justiça](#)

RO – Grileiros querem invadir área indígena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.01.2014



Área Indígena Uru Eu Au Au na Serra da Onça (Foto : CPT/RO)

Por Comissão Pastoral da Terra de Rondônia

Grupo de grileiros de Seringueiras (Rondônia) pela terceira vez estaria querendo invadir a área indígena Uru Eu Au Au. Segundo fontes dos sindicatos locais e movimentos sociais do estado, a associação presidida por Hermes Cavaleiro estaria com intensa atividade de recolhida de taxas de novos sócios com promessas de terras situadas dentro da Área Indígena Uru Eu Au Au, situadas no final da Linha 15 do citado município de Seringueiras.

Movimento intenso de pessoal de Urupá e inclusive de dois vereadores de Nova União procurando a associação têm sido confirmado na cidade de Seringueiras. O local onde o grupo pretende que seja criado um assentamento fica situado dentro da área indígena Uru Eu Au Au. No local inclusive existem diversos grupos indígenas isolados (não contatados) morando.

O superintendente do INCRA de Rondônia, Luiz Flávio Carvalho Ribeiro, tem divulgado nota oficial (ver abaixo) confirmando que não existe nenhum projeto de assentamento na área; que o citado Hermes Cavaleiro não foi autorizado pelo INCRA a realizar nenhum cadastro nem cobrança de taxas sob este argumento, e que a Polícia Federal foi avisada "pois é crime ocupar terras públicas federais".

No local, um numeroso grupo de grileiros já foi despejado alguns anos atrás, com mais de uma

CONT.



centena de motos e quatro carros apreendidos pela polícia federal. O citado Hermes Cavaleiro estaria sofrendo diversos processos na justiça por este motivo.

Segundo as mesmas informações, atualmente o grupo também pretenderia invadir a Reserva Extrativista do Rio Cautário, em Costa Marques, pela Linha do Km 15 da BR 429, numa área que também é reivindicada pelos indígenas Cojubim.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE RONDÔNIA/SR-17

INFORMATIVO DE UTILIDADE PÚBLICA

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere PORTARIA INCRA/P/N.º166-II/2012, PUBLICADA NO D.O.I. EM 12.03.2012, vem a público INFORMAR que:

1. NÃO existe nenhum projeto de assentamento em fase de implantação nas proximidades da reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau, situada no município de Seringueiras/RO;
2. O INCRA/RO NÃO autorizou e nem autoriza o senhor HERMES CAVALHEIRO a realizar cadastramento ou cobranças de taxas a pessoas sob o argumento de que o INCRA/RO irá "cortar, demarcar e assentar" famílias naquela localidade, sendo as atividades de cadastro específica dos servidores da Autarquia quando expressamente autorizado;
3. A Polícia Federal do estado de Rondônia foi avisada para adoção de medidas no presente caso, uma vez que é crime ocupar indevidamente terras públicas federais.

Porto Velho, 16 de janeiro de 2014.



LUIS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO
Superintendente Regional INCRA/RO



Último prazo determinado pela Justiça para que Acrissul integralize depósito do 'leilão da resistência' termina na próxima sexta-feira, dia 31
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.01.2014

Tania Pacheco* – Combate Racismo Ambiental

A Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e associados têm até o dia 31 para depositar em Juízo o restante do total arrecado no chamado "leilão da resistência", realizado pelos ruralistas em 7 de dezembro. Embora a decisão do juiz federal substituto Fernando Nardon Nielsen tenha sido tomada há uma semana, no dia 17 de janeiro, somente hoje ela foi publicada. Assim, o prazo de cinco dias úteis para que a intimação seja obedecida começa a contar na segunda-feira, 27, e termina na próxima sexta, dia 31.

O leilão organizado pela Acrissul e pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) com apoio da bancada ruralista, para angariar recursos para a contratação de "seguranças e milícias", teve idas e vindas no judiciário, com recordes de agilidade, principalmente se considerarmos os sete dias entre esta nova decisão (do dia 17) e sua publicação, hoje, 24 de janeiro.

No dia 4 de dezembro, a juíza Janete Lima Miguel, da 2a. Vara Federal de Campo Grande, proibiu o evento, afirmando, na sua decisão, que ele não poderia ser considerado lícito, uma vez que seus organizadores pretendiam "substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas", além de ter "o poder de incentivar a violência".

Tudo parecia constitucionalmente resolvido quando na sexta-feira, dia 6, a 4a Vara Federal de Campo Grande decidiu fazer serão e liberou, já no final da noite, a realização do leilão. A Aty Guasu e o Conselho do Povo Terena não se deram por vencidos, entretanto, e na manhã de sábado impetraram mandado de segurança para impedir o evento. Perderam de novo: o juiz Leonel Ferreira, do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF-3), manteve a decisão da 4a Vara Federal. Para justificar-se, afirmou que os resultados do leilão seriam, entretanto, submetidos a "condicionantes", dentre as quais o depósito do total arrecado numa conta controlada pela Justiça; a identificação dos compradores e das quantias por eles pagas; e a destinação dos recursos decidida após aprovação do MPF e das duas organizações indígenas responsáveis pelo mandado de segurança rejeitado.

Acontece que os ruralistas aparentemente não levaram muito a sério as tais condicionantes, e somente cerca de 200 mil reais, parte do total arrecadado pela Acrissul e pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) foram depositados na conta judicial. Como resultado, chegamos à decisão do dia 17 último, cujo teor transcrevo abaixo:

"Nos termos dos arts. 50 e 51, do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestar sobre o pedido de litisconsórcio assistencial (fl. 376/386) e, especialmente, sobre o pedido de liminar ali contido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

Intime-se, também, a requerida ACRISSUL para, no mesmo prazo, promover o depósito em Juízo do restante do valor angariado no leilão realizado nestes autos, já que o valor até o momento depositado não corresponde ao total arrecadado, sob pena de cominação de multa pelo descumprimento.

Decorrido o prazo acima, com ou sem resposta, voltem conclusos.

Intimem-se.

Campo Grande, 17 de janeiro de 2014.

FERNANDO NARDON NIELSEN

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO"

*Com informações enviadas por Luiz Henrique Eloy.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

MS – Começa hoje a Aty Guasu dos Jovens Guarani e Kaiowá, na aldeia Te'iykue/Caarapo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014

Informativo da Aty Guasu:

Começa a Aty Guasu (Assembleia Geral) dos Jovens indígenas Guarani e Kaiowá, na aldeia Te'iykue/Caarapo. Encerra-se no dia 27/01/2014. Diversas autoridades federais de Brasília-DF, estaduais e municipais já confirmam as participações no Aty Guasu dos Jovens indígenas. Um dos temas é relacionado à educação escolar indígena, ensino básico, médio e superior, os espaços que os jovens indígenas frequentam diariamente.

Para receber as demandas dos estudantes indígenas, já chegou uma equipe do MEC: Secretária da SECADI/MEC, Dra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, e Coordenadora Geral de Educação Escolar Indígena, Dra. Rita Gomes do Nascimento.

Vários temas serão discutidos na Aty Guasu dos Jovens Indígenas, e as demandas serão encaminhadas ao governo federal, estadual e municipal, e à justiça.

Aty Guasu luta pela justiça e dignidade humana.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

ABA: Campanha pela titulação das terras quilombolas. Assine a Petição!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014



**CAMPANHA
PELA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**

CONTRA A OMISSÃO DELIBERADA, INÉRCIA E MOROSIDADE

Uma sequência de decisões técnicas e políticas por parte dos órgãos governamentais brasileiros estão impedindo a resolução dos casos e a conclusão dos processos de titulação dos territórios quilombolas no Brasil, tais como, os processos dos quilombos de: Gurutuba (MG), São Domingos (ES), Rio dos Macacos (BA), Marambaia (RJ), São Roque (SC), Morro Alto (RS), Paiol da Telha (PR), Alcântara (MA) e outras centenas de **processos administrativos parados**, aguardando solução nos arquivos do Estado.

A paralização dos processos, mesmo daqueles já plenamente informados e que aguardam a decisão final, gera a fragilização da própria política de reconhecimento e a precarização dessas populações. Esta insegurança jurídica fere os princípios dos direitos humanos e fundamentais, tais como: o acesso e garantia aos territórios, à educação, saúde, segurança alimentar, informação, entre outros. Com esta inércia, o Estado Brasileiro viola não somente os tratados e leis internacionais, mas principalmente, os direitos constitucionais, imprimindo à esta ação de omissão deliberada, a marca do racismo institucional.

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Comitê Quilombos

Como um dos resultados do Seminário Nacional: "Os direitos dos quilombos e o dever do Estado Brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988", realizado em Vitória, o Comitê Quilombos está lançando uma Campanha Nacional pela Regularização de Terras Quilombolas. Assine a Petição AQUI (<http://www.portal.abant.org.br/aba/abaixoassinado/index.php?pg=1.1&id=0001>).



Caixa assina contratos do PNHR com 215 famílias quilombolas no Amapá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014

A operação é parte do Programa Nacional de Habitação Rural, que visa atender trabalhadores residentes na zona rural, com renda familiar anual de até R\$ 15 mil

SEPPIR – A Caixa assinou contratos para construção de 215 unidades habitacionais na zona rural do Amapá no dia 10 de janeiro. A ação beneficia as comunidades quilombolas de Igarapé do Lago, Ressaca da Pedreira, Rosa, Curralinho e Conceição do Macacoari.

Trata-se de uma operação de concessão de subsídio à habitação com recursos do Orçamento Geral da União, enquadrada no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). De abrangência nacional, o PNHR visa atender trabalhadores residentes na zona rural, com renda familiar anual de até R\$ 15 mil e faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal.

“Este ato materializa o esforço do Governo Federal em levar as políticas públicas até onde estão as pessoas, até as comunidades mais distantes das cidades e dos grandes centros”, afirma o gerente regional de governo da Caixa no Amapá, Célio da Silva Lopes. Segundo ele, “assistir a comunidades remanescentes de quilombos, às vésperas do aniversário da Caixa, simboliza que a empresa sempre esteve e sempre estará ao lado das populações que mais precisam de apoio”.

O representante da comunidade de Conceição do Macacoari, senhor Adenor de Souza, traduziu em sua fala o empenho dos quilombolas para a concretização do projeto: “Todos sonhamos em ter uma casa, mas poucos são os que lutam para alcançar esse sonho. Nós lutamos e podemos dizer que este momento é o resultado da nossa luta. Foi porque não ficamos acomodados, que daqui a alguns meses teremos nosso lugar para descansar”.

Programa Nacional de Habitação Rural

Parte integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o PNHR foi criado pela necessidade de uma política habitacional que atendesse as especificidades da moradia no campo, onde as diferenças em relação ao meio urbano – tais como cultura, forma de remuneração, gleba de terra, logística para construção – passaram a ser consideradas nos programas de moradia para a população do meio rural.



Padre Ton expõe em Bruxelas situação dos indígenas Awá-Guajá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014

FUNAI – O presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), denunciou nesta quarta-feira, 22, em Bruxelas, os riscos e perigos que afetam os indígenas Awá-Guajá, que vivem no Maranhão.

Na Conferência “Awá: à Beira da Extinção”, organizada pelo Parlamento Europeu, o parlamentar lembrou que o governo federal fez o despejo de invasores da reserva dos Awá-Guajá, considerados pela ONG Survival International como o povo mais ameaçado do planeta.

Neste mês, o governo federal iniciou o processo de desintrusão (retirada dos não índios) da Terra Indígena Awá-Guajá, localizada na região Noroeste do Maranhão. O Exército já instalou a base principal, em São João do Caru, que dará apoio logístico para o processo de retirada de não índios da área. Dessa maneira, assegura a posse definitiva para o povo Awá-Guajá, muitos deles isolados e de recente contato.

“Mais de 300 construções foram erguidas dentro da reserva, pelos invasores”, informou Padre Ton, mencionando trabalho documental e jornalístico feito pela jornalista Miriam Leitão e o fotógrafo Sebastião Salgado sobre o modo de vida dos Awá.

A terra indígena Awá-Guajá foi reconhecida em 1992 e homologada em 2005. A área é uma das mais afetadas pelo roubo de madeira. O direito dos Awá-Guajá às terras que ocupam foi reafirmado por recente decisão da Justiça Federal do Maranhão.

Este processo, que já se arrastava por mais de 12 anos, tem sido instrumento de tensão política, inflamando os interesses de comunidades tradicionais e posseiros, trabalhadores e pequenos agricultores que se estabeleceram na terra indígena.

O convite para o deputado participar do evento foi feito pelo Parlamento Europeu Richard Howitt e pela Organização das Nações e dos Povos Não Representados.



Não morreremos educadamente

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014

Trecho do Diário de Viagem de Marcio Pimenta*

Nos últimos dias estive em uma expedição pelo Mato Grosso do Sul fotografando o modo de vida dos índios Guarani Kaiowá nas aldeias Teykue, Pindoroky e Jaguapiru. Foi uma viagem absolutamente transformadora e um reencontro com o meu estilo de trabalho. Da forma como gosto de sentir o que está em volta de mim e... click! Deixo para vocês um trecho do meu diário de viagem.

"O de sempre: pesadelos durante a noite, o último a acordar na aldeia (e já sentindo um certo orgulho disso) e café da manhã com café preto, téréré e uma fatia de bolo de milho.

Fico em silêncio enquanto reviso as fotografias já tomadas. Estou no quinto dia de viagem e não tenho nenhuma foto, absolutamente nenhuma, da qual me orgulhe. A expedição está quase no fim e eu não tenho a maldita foto. E o cenário não era nada animador. Na agenda do dia visita a algumas lideranças da aldeia, seguido de um encontro com o Pajé e, por fim, conhecer a retomada Tekoha Pindoroky. Aqui, um parêntese necessário, "retomada" significa ocupar as terras que um dia pertenceram aos seus ancestrais.

Eu sabia que somente a visita a Tekoha Pindoroky poderia render alguma fotografia interessante, do contrário eu teria que: 1) cancelar o almoço em Curitiba onde faria a apresentação das fotografias para um grupo de empreendedores; 2) reconsideraria o pedido de uma índia que desejava que eu ficasse mais tempo na aldeia e; 3) apagaria da minha memória os planos de passar o próximo fim de semana mergulhado em uma banheira bebendo algumas garrafas de vinho branco chileno.

Julguei que o encontro com o Pajé seria uma ocasião importante, e estava decidido a me apresentar com elegância. Retirei da mochila a minha ultima camisa limpa, uma Hering branca. Perguntei a Jari (avó da aldeia) se estava bonito e elegante. Ela balançou a cabeça acenando que sim. Tenho sérias dúvidas quanto a resposta dela, pois para tudo que eu lhe perguntava ela me respondia sempre com a mesma graciosidade. De qualquer maneira decidi acreditar nela e subi na motocicleta.

Percorri 15 km por uma estrada de terra vermelha e quente como o planeta Marte. Ao chegar ao local notei que misteriosamente a minha camisa branca e limpa agora tinha um forte tom de vermelho e suada como se estivesse acabado de jogar os 90 minutos de uma partida de futebol.

Talvez, por isso, o Pajé não tenha se impressionado muito com a minha roupa, e para falar a verdade, nem eu com a dele. Em termos fotográficos o encontro foi um desastre. Mas eu ainda tinha a visita a retomada Tekoha Pindoroky. Minha ultima chance. Era agora ou teria que

CONT.



cancelar o almoço, reconsiderar o pedido da índia e dar adeus a minha banheira e vinhos brancos.

Em 19 de fevereiro de 2013 um garoto saiu junto com o seu irmão para pescar em um rio que ficava localizado dentro das terras de um fazendeiro. Eles estavam fazendo o que qualquer garoto de 15 anos faria: não se importavam com cercas ou qualquer outro limite imposto pelos adultos. Ao contrário, quando temos 15 anos, infringir regras só torna a brincadeira ainda mais interessante.

Mas ele era índio. Podia ser branco, negro, escolham a etnia que quiserem. Mas ele era índio.

O primeiro tiro lhe acertou a orelha. Deitado com a metade do corpo na água e a outra metade nas margens do rio, gritava de dor e desespero. Era noite. Seu irmão que o acompanhava, conseguiu fugir pela mata. A última luz que ele viu foi a de uma lanterna que apontava diretamente para ele. E foi desta luz que veio o segundo tiro que lhe acertou a garganta.

Estava morto.

Três dias depois os índios se organizaram e retomaram a fazenda. O fazendeiro que havia matado o garoto teve tempo para fugir com quase todos os móveis da casa.

Uma cruz foi firmada pouco acima das margens do rio.

Edenílson foi privado da sua adolescência, do sorriso, das brincadeiras, da família, da vida. A covardia e a estupidez falaram mais alto naquela noite.

Visito a sede da fazenda agora ocupada pelos índios. Está vazia. Nenhum móvel. Apenas uma bicicleta abandonada, dois cães vira-latas circulam entre os cômodos, duas cozinhas com fogões a lenha e uma cisterna de onde retiram água através de uma bomba elétrica. As paredes estão completamente sujas de terra com marcas de mãos e pés.

Vou fazendo as fotografias de todo aquele vazio. A bicicleta, os cães, uma das cozinhas. Decido entrar no que parecia ser a antiga sala de visitas. Há brinquedos espalhados pelo chão. Um vulto. E "click". Não sou eu quem faço a foto, mas ela é quem me toma. A foto perfeita. A foto que é a mais perfeita metáfora. A foto que mostra que Denílson e muitas outras crianças foram privadas por uma barreira estúpida de viver a infância. Para ver a foto, clique aqui.

Nunca dou títulos para as minhas fotografias. Mas esta eu a chamo intimamente de "O fantasma".

Um fantasma que lentamente irá assombrar governos, empresas nacionais e estrangeiras, latifundiários, órgãos da imprensa, e uma sociedade entorpecida pela conveniência de se afirmar como pacífica e educada.

Não morreremos educadamente.

Atyma!



MPF/AM consegue na Justiça retirada de ocupantes de terras do povo Jaminawa
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014

Decisão liminar determina a retirada de três não-indígenas de área ocupada tradicionalmente pelos Jaminawa; ocupantes vinham impondo restrições de acesso aos índios

MPF – A Justiça Federal atendeu ao pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) em ação de reintegração de posse e determinou, em medida liminar, a retirada de três não-indígenas da colocação São Paulino, uma área tradicionalmente ocupada por índios da etnia Jaminawa no município de Boca do Acre (distante 1.028 quilômetros de Manaus), próximo à fronteira do Amazonas com o Acre.

O MPF fez novo pedido de liminar à Justiça na ação que já tramita desde 2012 após visitar o local, em novembro de 2013, e constatar que três ocupantes não-indígenas chegados há cerca de três anos na área não possuem relação diferenciada com a terra, a exemplo dos pequenos produtores que convivem harmonicamente com os Jaminawa. Segundo relatos colhidos durante a visita, eles estariam impondo restrições quanto à área de roçado e de acesso à água dos igarapés aos indígenas e impedindo a circulação dos indígenas em áreas onde anteriormente realizavam caça.

Na decisão liminar, o juiz federal substituto Érico Rodrigo Freitas Pinheiro ressaltou que a impossibilidade de sobrevivência de forma tradicional oferece risco ao modo de vida dos índios, seus costumes e tradições, violando o que diz o artigo 231 da Constituição Federal. “É de ressaltar que, embora a demarcação da área não esteja concluída, a área, por ser de tradicional ocupação indígena, já integra o domínio da União (art. 20, XI, da Constituição). A demarcação é ato declaratório, não havendo razões para obstar o livre usufruto da área, pelos indígenas, antes de sua conclusão”, sustentou o juiz em trecho da decisão.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá estabelecer marcos para delimitar a área ocupada pelos três não-indígenas citados na decisão e garantir o livre acesso do povo Jaminawa, com o apoio da Polícia Federal, conforme determina a Justiça.

A ação segue em tramitação da 1ª Vara Federal, sob o número 0012687-27.2012.4.01.3200.

Demarcação

De acordo com a Funai, a área é ocupada tradicionalmente por indígenas da etnia Jaminawa e encontra-se em processo de demarcação desde 2004, atualmente em fase de estudos. Em novembro de 2012, a Justiça Federal acompanhou parecer do MPF nesse mesmo processo e concedeu decisão liminar para determinar a retirada de ocupantes irregulares de terras vizinhas à aldeia São Paulino. Apenas a presença de comunidades tradicionais e pequenos produtores foi ressaltada.

Etnia Pataxó denuncia perseguição em Açucena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.01.2014



Na aldeia, os Pataxós lutam pela preservação de sua cultura



Mananciais da aldeia são invadidos por animais de posseiros e fazendeiros

De acordo com representantes da comunidade, com a chegada dos indígenas começaram os transtornos e conflitos, uma vez que a reserva é uma área muito cobiçada por posseiros e fazendeiros

Texto e fotos: Nilson Lages - Diário Popular

AÇUCENA - A comunidade Gerú Tucumã Pataxó localizada no Parque Estadual do Rio Corrente na Cidade de Açucena vive um clima de tensão por causa de conflitos com posseiros e fazendeiros da região. A etnia Pataxó chegou na reserva em 23 de junho de 2010, com aproximadamente 80 pessoas, 17 famílias, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos, todos em busca de uma vida melhor em prol do fortalecimento da cultura Pataxó, como cantos, dança, história, língua e a agricultura sustentável.

De acordo com representantes da comunidade, com a chegada dos indígenas começaram os transtornos e conflitos, uma vez que a reserva é uma área muito cobiçada por posseiros e fazendeiros.

Atualmente, dentro da reserva existe uma grande área desmatada para formação de pastagem, árvores centenárias sendo derrubadas para dar lugar ao plantio do capim da espécie braquiária, para fins de pastagem. Além disso, as principais nascentes de água estão sendo invadidas por gados e búfalos.

Em quase quatro anos após a chegada dos Pataxós na reserva, grande parte da área foi reflorestada por eles e várias nascentes foram restabelecidas. Porém, os problemas aumentam cada dia mais com os posseiros e fazendeiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

Somente nos últimos 6 meses foram registradas várias ameaças, incêndios criminosos, bloqueio das passagens e estradas com toras de madeiras, destruição de pontes e até tentativa de homicídio. Um índio Pataxó foi alvejado por um tiro e outro foi alvo de dois disparos em sua direção. Os indígenas denunciam ainda que pessoas desconhecidas e armadas invadem a aldeia e fazem ameaças frequentes aos estudantes da Escola Estadual Cristiano Machado, em Felicina, distrito de Açucena.

Segundo eles, tudo isto vem acontecendo devido à falta da liberação e demarcação das terras por parte do IEF (Instituto Estadual de Florestas). Toda a aldeia vive em condições precárias, sem energia elétrica, saneamento básico, sistema de saúde; a escola primária usada para o ensino fundamental e da cultura Pataxó funciona em situação precária.

Em contato com o IEF para saber situação da demarcação de terra, a informação é de que a situação já foi discutida entre a comunidade indígena, Ministério Público de Açucena, a Procuradoria de Ipatinga e as Diretorias Geral e de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas.

Posseiros voltam a invadir terra indígena Marãiwatsédé e fecham rodovia
SÍTIO OLHAR DIRETO, 26.01.2014



As famílias retiradas da terra indígena Marãiwatsédé em agosto de 2012 invadiram novamente a área nesta manhã de domingo (26). De acordo o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ribeirão Cascalheira, Alan Dilessandro Oliveira de Souza, ainda são poucas as informações sobre a retomada, mas confirmou que um grupo de posseiros fecharam a rodovia no Posto da Mata, 1.100 km de Cuiabá.

Leia mais: Moradores de Suiá Missú fazem 'caçada' a policiais; fazendeiros dizem que foi à revelia

Índios fazem pedágio para comprar comida após incêndio Marãiwatsédé e revoltam motoristas

A terra indígena tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios mato-grossenses de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista. Atualmente, vivem cerca de mil indígenas Xavante. De acordo com a Associação dos produtores da Suiá Missú (Aprosum) mais de 7 mil pessoas moravam na área quando houve a desinversão.

Conforme informou o coordenador, a denúncia da nova invasão foi feita pelo cacique Damião, líder dos Xavantes na região. "Ele ligou na parte da manhã avisando que o pessoal havia fechado a estrada perto do Posto da Mata. Agora estamos tomando conhecimento da situação para ver quais medidas serão tomadas", declarou Alan.

Retirada

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

O dia 11 de dezembro de 2012 marcou o início do processo de desintrusão da gleba Suiá Missú, fato que criou um dos maiores conflitos fundiários da história de Mato Grosso, quando milhares de pequenos produtores foram desalojados para dar lugar à terra xavante Maraiwatsede, no Araguaia.

MPF

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou nota para divulgar que a Polícia Federal e Rodoviária retornam à terra indígena para 'evitar a ocupação da área, e com isto, atendem determinação judicial'.

"A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estão sendo intimadas pela justiça com a ordem para retornarem à terra indígena Marãiwatsédé para evitar uma nova invasão da área. O pedido para o retorno das forças policiais foi feito pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal diante de informações de um plano para invadir novamente o território indígena. Há exatamente um ano, a Força Nacional declarava encerrada a retirada de todos os não índios que ocupavam ilegalmente as terras do povo Xavante. A presença de invasores na antiga vila, conhecida como Posto da Mata, foi confirmada pelo cacique Xavante Damião Paridzané, que na manhã deste domingo (26/01) foi impedido de circular pelo território indígena. "Não consegui chegar lá [no Posto da Mata] porque os posseiros fecharam a estrada. Todo mundo correu atrás da gente. Era muita gente [muitos invasores], umas 70, 100 pessoas. Quase me pegaram. Tive que fugir", relatou o cacique. Identificação dos responsáveis A decisão do juiz federal determina, também, que na hipótese de a invasão ocorrer, as forças de segurança devem fazer a identificação dos invasores, especialmente das lideranças, a apreensão dos veículos e equipamentos utilizados para resistir e desobedecer a polícia. O Ministério Público Federal será comunicado para tomar as providências cabíveis na esfera penal, como requerer a prisão dos responsáveis pela invasão"



90% dos não índios ocupantes de reserva Awá já foram notificados

SÍTIO CBN FOZ, 26.01.2014

A etapa das notificações dos não-índios que ocupam a Terra Indígena Awá, no interior do Maranhão, está em sua fase final, com 90% do processo concluído. Até agora, 369 foram notificados, entre grandes proprietários, pequenos povoados e a Prefeitura de São João do Caru, no Maranhão. Na quinta-feira (23), 134 notificações foram entregues no povoado de Vitória da Conquista. As famílias de não-índios têm 40 dias para sair voluntariamente da terra, contados a partir do dia do recebimento da notificação, levando seus bens.

Ainda esta semana, novos sobrevoos serão realizados para identificar propriedades que ainda não foram notificadas, de modo a alcançar o território em sua totalidade.

O número de famílias cadastradas no programa de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que devem sair da Terra Indígena Awá Guajá, no município maranhense de São João do Caru, tem aumentado. Até o momento, 62 famílias fizeram o cadastramento, acelerando essa etapa da desintrusão. Incra e INSS instalaram quinta-feira um posto de atendimento no povoado de Cabeça Fria, município de São João do Caru, para facilitar o acesso das famílias notificadas ao cadastro no programa de reforma agrária.

Processo

A região de Cabeça Fria foi toda atendida, com 66 famílias notificadas. Duas equipes formadas por oficiais de Justiça, servidores da Secretaria Geral da Presidência da República, Fundação Nacional do Índio, Força Nacional, Polícias Federal e Rodoviária Federal e Força Aérea Brasileira percorreram a área por via aérea e terrestre.

Grande parte dos moradores que devem se retirar da área compareceu ao posto do Incra com os documentos pessoais necessários e a notificação para o cadastro. Na localidade, foram cadastradas 42 famílias, que agora devem passar por uma seleção que identificará quem poderá ser reassentado. Entretanto, algumas famílias não conseguiram fazer o cadastro por falta de documentos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Na próxima semana, uma nova equipe do Incra estará na região para fazer a documentação desses moradores para possibilitar sua inclusão no processo.

O INSS orientou aqueles moradores que têm direito a benefícios, como salário-maternidade, aposentadorias, entre outros. Em Cabeça Fria, foram identificados beneficiários que ainda não estão inscritos nos programas da Previdência Social.

Funai vai a conferência no Parlamento Europeu

A Fundação Nacional do Índio (Funai) apresentou quarta-feira (22) no Parlamento Europeu a política brasileira de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, com foco na

CONT.



demarcação de terras, programas de recente contato e proteção de índios isolados tendo como exemplo o processo de regularização da Terra Indígena Awá.

O convite de representantes do Parlamento Europeu e da organização Unpo proporcionou o diálogo com representantes do governo brasileiro (Funai, Ministério das Relações Exteriores e Frente Parlamentar em defesa dos povos indígenas), representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), políticos europeus, ONGs, professores e acadêmicos, além de representantes indígenas de diferentes regiões do mundo.

Além de conferir dados oficiais e esclarecimentos sobre a situação do povo Awá e isolados, o evento reforçou os avanços da política indigenista brasileira e a importância de apoios institucionais, como da União Europeia. Ressaltou-se que a proteção das terras e povos indígenas está relacionada com o respeito aos direitos humanos e proteção ambiental, com significativa interlocução com sistemas e organismos internacionais de direitos humanos.

Cadastro

Para facilitar o acesso das famílias que receberam a notificação judicial ao serviço fornecido pelo Incra, de cadastro das famílias no Plano Nacional de Reforma Agrária e inscrição no CadÚnico, foi instalada uma base no povoado do Caju. O cadastro no Incra é fundamental para o processo de seleção das famílias que poderão ser assentadas. O Incra também irá assegurar outros benefícios.



AM – Alunos de licenciatura indígena lançam obras pioneiras no País

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.01.2014

Material, que inclui cadernos de pesquisas e um vídeo, é o primeiro produzido em línguas indígenas e por índios no Brasil

Por Ana Celia Ossame, em A Crítica

O lançamento de livros, cadernos de pesquisas, catálogo das leis e um vídeo dos estudantes do curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, das etnias tukano, baniwa e nheegatu do Alto Rio Negro marcou, sexta-feira (24), as primeiras produções científicas de um curso dessa disciplina no País.

A explicação, dada pela coordenadora do projeto, professora Ivani Farias, é necessária, segundo afirma, porque de um total de 26 cursos em funcionamento, apenas o da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) conseguiu esse mérito. O melhor, segundo ela, é que os materiais, produzidos nas línguas oficiais da respectivas etnias, poderão ser usados nas escolas de ensino fundamental e médio nas comunidades indígenas em seus respectivos municípios.

Entre os lançamentos, estão o Catálogo das leis baniwa, acordo ortográfico da língua Nheegatu e um vídeo em tukano que aborda a educação escolar indígena no alto Rio Negro. De acordo com Ivani, o curso veio em resposta a uma demanda dos povos indígenas do Alto Rio Negro em parceria com a Federação das Organizações Indígenas (Foirn) e Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Houve, de acordo com a coordenadora, discussões amplas com as comunidades da região no período de 2005 a 2009. A primeira turma foi ofertada em 2010, pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), até a construção do Centro Universitário Indígena do Rio Negro.

Pesquisa

Segundo a professora Ivani, esses trabalhos são frutos das pesquisas determinadas e realizadas pelos estudantes de licenciatura. O curso é tão inovador que não funciona com aulas semelhantes a escola dos brancos, mas com pesquisa que é realizada durante o ano. "Tudo é feito por eles e produzido nas suas línguas nativas", afirmou Ivani, destacando ser uma produção científica inédita, com rigor científico, que vai contribuir não só para a promoção e fortalecimento da língua, mas também para conter a diglossia, que é a situação na qual uma língua majoritária inibe e até extingue a outra.

Como cerca de 20 línguas são faladas na região do Alto Rio Negro, uma situação atípica no País, a ideia é evitar que a língua portuguesa reprima as nativas, explica. O curso é regular,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

com ingresso bianual, com três turmas (tukano, baniwa e Nheegatu) definidas a partir da territorialidade linguística, podendo ser ofertada para outras turmas conforme demanda dos povos indígenas em caráter especial, devido sua proposta metodológica.

O fato da base do conhecimento ser produzido por meio do ensino via pesquisa, dá ao curso uma estrutura curricular flexível, orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes. Isso contribui não só para a formação pedagógica dos alunos, mas permite também a gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, intercultural, assim como uma discussão e gestão territorial de suas comunidades e das Terras indígenas do Alto Rio Negro.



Verdelândia, MG – Suspeito envolvido em atentado contra quilombolas é ouvido e liberado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.01.2014

No último domingo, dois homens foram baleados e outros nove feridos em uma fazenda invadida; vítimas relataram que filho do dono da fazenda participou dos ataques

Por Natália Oliveira e Juliana Baeta, em O Tempo

O fazendeiro João Fábio Dias, 38, foi ouvido nesta sexta-feira (24) pela delegada Andrea Pochmann da Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários. Ele negou participação no atentado contra 40 quilombolas em Verdelândia, no Norte do Estado.

O fazendeiro é o principal suspeito de comandar o crime. "Ele disse que estava em Janaúba (também no Norte do Estado), na casa do pai no dia do atentado, porém o fato é que quase 30 vítimas disseram ter reconhecido ele no dia em que foram atacados. Ele é uma figura típica na cidade", relatou a delegada.

Dias se apresentou à delegada em Janaúba, acompanhado de dois advogados de defesa. Ele disse à polícia que ficou sabendo que era suspeito do crime pela mídia e por isso resolveu se apresentar. A delegada explicou que ele foi ouvido e liberado. "Por enquanto não cabe prendê-lo, preciso dar prosseguimento ao processo, os advogados dele garantiram que ele não irá sair da cidade", disse. Andrea ainda deve ouvir outros dez suspeitos do crime. "Os quilombolas foram atacados por um grupo e os identificados serão ouvidos", afirmou.

Segundo ela, falta também ouvir outras duas vítimas do atentado, uma que está internada em um hospital de Montes Claros, também no Norte do Estado e outra que está internada na capital.

Em seu depoimento, Dias citou pessoas que poderiam confirmar que ele estava em Janaúba, os citados também serão ouvidos pela delegada. A previsão é que os trabalhos sejam encerrados por volta do dia 22 do mês que vem. Andrea aguarda também o resultado da perícia realizadas no local do crime.

Entenda o caso

No último domingo (19) um tiroteio em uma fazenda invadida em Verdelândia terminou com dois homens baleados e outras nove pessoas feridas. De acordo com a Polícia Militar, as tentativas de homicídios aconteceram por volta de 14h no assentamento Arapuim, dentro da Fazenda da Torta, onde cerca de 40 pessoas que estão acampadas há dois dias no local.

Os invasores contaram que dez homens encapuzados e fortemente armados chegaram ao local
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

em duas caminhonetes e ordenaram que as vítimas deitassem no chão. Em seguida, eles foram agredidos com coronhadas, socos e chutes. Vários tiros foram disparados, mas, por sorte, só duas pessoas foram atingidas.

Antes da fuga, o grupo quebrou os vidros traseiros de um Fiat Uno e amassou o tanque de uma moto dos quilombolas. Além disso, lanternas, dinheiro e celulares foram roubados. Na cozinha da casa principal da fazenda, militares recolheram cápsulas deflagradas de armas calibre 38 e 12.

Ainda segundo os sobreviventes, um homem identificado apenas pelo apelido de “Joãozinho” e estaria no meio dos criminosos. Ele é filho de João Dias, dono do imóvel [sic].

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Ex-escravos lembram rotina em fazenda nazista no interior de SP

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.01.2014

BBC Brasil



Símbolo na bandeira do time de futebol no interior de São Paulo era uma suástica. Foto: BBC



Moradores do interior de SP ainda guardam as lembranças referentes à suástica. Foto: BBC

Em uma fazenda no interior de São Paulo, 160 quilômetros a oeste da capital, um time de futebol posa para uma foto comemorativa. Mas o que torna a imagem extraordinária é o símbolo na bandeira do time – uma suástica. A foto, provavelmente, foi tirada após a ascensão nazista na Alemanha, na década de 1930.

“Nada explicava a presença dessa suástica aqui”, conta José Ricardo Rosa Maciel, ex-dono da remota fazenda Cruzeiro do Sul, perto de Campina do Monte Alegre, que encontrou a foto, por acaso, um dia.

Mas essa foi, na verdade, sua segunda e intrigante descoberta. A primeira tinha ocorrido no chiqueiro. “Um dia, os porcos quebraram uma parede e fugiram para o campo”, ele disse. “Notei que os tijolos tinham caído. Achei que estava tendo alucinações”. Na parte debaixo de cada tijolo estava gravada uma suástica.

É sabido que no período que antecedeu a Segunda Guerra, o Brasil tinha fortes vínculos com a Alemanha Nazista. Os dois países eram parceiros comerciais e o Brasil tinha o maior partido fascista fora da Europa, com mais de 40 mil integrantes.

Mas levou anos para que Maciel, com o auxílio do historiador Sidney Aguillar Filho, conhecesse a terrível história que conectava sua fazenda aos fascistas brasileiros.

CONT.



Ação Integralista

Filho descobriu que a fazenda tinha pertencido aos Rocha Miranda, uma família de industriais ricos do Rio de Janeiro. Três deles – o pai, Renato, e dois filhos, Otávio e Osvaldo – eram membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de extrema direita simpatizante do Nazismo.

A família às vezes organizava eventos na fazenda, recebendo milhares de membros do partido. Mas também existia no lugar um campo brutal de trabalhos forçados para crianças negras abandonadas.

“Descobri a história de 50 meninos com idades em torno de 10 anos que tinham sido tirados de um orfanato no Rio”, conta o historiador. “Foram três levadas. O primeiro grupo, em 1933, tinha dez (crianças)”.

Osvaldo Rocha Miranda solicitou a guarda legal dos órfãos, segundo documentos encontrados por Filho. O pedido foi atendido.

“Ele enviou seu motorista, que nos colocou em um canto”, conta Aloysio da Silva, um dos primeiros meninos levados para trabalhar na fazenda, hoje com 90 anos de idade.

“Osvaldo apontava com uma bengala – ‘Coloca aquele no canto de lá, esse no de cá’. De 20 meninos, ele pegou dez”.

“Ele prometeu o mundo – que iríamos jogar futebol, andar a cavalo. Mas não tinha nada disso. Todos os dez tinham de arrancar ervas daninhas com um ancinho e limpar a fazenda. Fui enganado”.

As crianças eram espancadas regularmente com uma palmatória. Não eram chamadas pelo nome, mas por números. Silva era o número 23.

Cães de guarda mantinham as crianças na linha.

“Um se chamava Veneno, o macho. A fêmea se chamava Confiança”, conta Silva, que ainda mora na região. “Evito falar sobre esse assunto”.

Argemiro dos Santos é outro dos sobreviventes. Quando menino, foi encontrado nas ruas e levado para um orfanato. Um dia, Rocha Miranda veio buscá-lo.

“Eles não gostavam de negros”, conta Santos, hoje com 89 anos.

“Havia castigos, deixavam a gente sem comida ou nos batiam com a palmatória. Doía muito. Duas batidas, às vezes. O máximo eram cinco, porque uma pessoa não aguentava”.

“Eles tinham fotografias de Hitler e você era obrigado a fazer uma saudação. Eu não entendia nada daquilo”.

CONT.



Alguns dos descendentes da família Rocha Miranda dizem que seus antepassados deixaram de apoiar o Nazismo antes da Segunda Guerra Mundial.

Maurice Rocha Miranda, sobrinho-bisneto de Otávio e Osvaldo, também nega que as crianças eram mantidas na fazenda como “escravos”.

Em entrevista à Folha de São Paulo, ele disse que os órfãos na fazenda “tinham de ser controlados mas nunca foram punidos ou escravizados”.

O historiador Sidney Aguillar Filho, no entanto, acredita nas histórias dos sobreviventes. E apesar da passagem do tempo, ambos Silva e Santos – que nunca mais se encontraram desde o tempo em que viveram na fazenda – fazem relatos muito parecidos e perturbadores de suas experiências.

Para os órfãos, os únicos momentos de alegria eram os jogos de futebol contra times de trabalhadores das fazendas locais, como aquele em que foi tirada a foto onde se vê a bandeira com a suástica (o futebol tinha papel fundamental na ideologia integralista).

“A gente se reunia para bater bola e a coisa foi crescendo”, diz Santos. “Tínhamos campeonatos, éramos bons de futebol.”

Mas depois de vários anos, ele não aguentava mais. “Tinha um portão (na fazenda) e um dia eu o deixei aberto”, ele conta. “Naquela noite, eu fugi. Ninguém viu”.

Santos voltou ao Rio onde, aos 14 anos de idade, passou a dormir na rua e trabalhar como vendedor de jornais. Em 1942, quando Brasil declarou guerra contra a Alemanha, Santos se alistou na Marinha como taifeiro, servindo mesas e lavando louça.

Depois de trabalhar para nazistas, Santos passou a lutar contra eles. “Estava apenas prestando um serviço para o Brasil”, explica. “Não sentia ódio por Hitler, não sabia quem ele era”.

Santos saiu em patrulha pela Europa e depois passou um período, ainda durante a guerra, trabalhando em navios que caçavam submarinos na costa brasileira. Hoje, Santos é conhecido, na comunidade onde vive, pelo apelido de Marujo. E se orgulha de um certificado e uma medalha que recebeu em reconhecimento por seus serviços durante a guerra.

Mas ele também é famoso por suas proezas futebolísticas, jogando como meio de campo em vários grandes times brasileiros na década de 1940. “Naquela época, não existiam jogadores profissionais, éramos todos amadores”, diz. “Joguei para o Fluminense, Botafogo, Vasco da Gama... Os jogadores eram todos vendedores de jornais e lustradores de sapatos”.

Hoje, Santos vive uma vida tranquila com a esposa, Guilhermina, no sudoeste do Brasil. Eles estão casados há 61 anos. “Eu gosto de tocar meu trompete, de sentar na varanda e tomar uma cerveja gelada. Tenho muitos amigos e eles sempre aparecem para bater papo”, conta.

As lembranças do tempo difícil que passou na fazenda, no entanto, são difíceis de apagar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

“Quem diz que sempre teve uma vida boa desde que nasceu está mentindo”, diz Santos. “Na vida de todo mundo acontecem coisas ruins.”

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Jorge Márcio Andrade.



Comissão define em fevereiro roteiro de trabalho sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO MIDIAMAX, 26.01.2014

Instalada no fim de 2013, a Comissão Especial que vai analisar a proposta (PEC 215/00) que transfere para os parlamentares o poder de decidir sobre a demarcação de áreas indígenas, de quilombolas e reservas ambientais deve estabelecer já em fevereiro seu cronograma de trabalho.

De acordo com o deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), devem ser realizadas audiências públicas em quase todos os Estados da Federação. Ele afirmou que quase todos têm problemas de conflitos de terra entre fazendeiros e indígenas. Segundo o parlamentar, apenas seis Estados não há este tipo de problema.

Maldaner diz acreditar que a situação atual, em que o Poder Executivo determina sozinho quais são as áreas indígenas, causa insegurança jurídica, não atende o que querem os índios e desconsidera a situação de milhares de produtores rurais que ocupam suas áreas de boa-fé. "Fizemos uma pesquisa e apenas 1% dos índios quer mais terra. 99% dos índios hoje querem educação, querem saúde, querem ter melhor qualidade de vida. Os agricultores familiares, eles compraram de boa-fé 80, 90 anos atrás. Estão cumprindo com a finalidade social, produzindo alimentos. Se nós temos uma dívida com a nação indígena, a nação tem que pagar, mas não à custa do pequeno agricultor rural."

Para o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), o Poder Executivo age de modo arbitrário, sem transparência. Ele afirma que não é razoável a demarcação se apoiar unicamente no laudo antropológico elaborado pelos técnicos para determinar se a área é ou não historicamente de uma tribo. "Não pode ter um documento, um laudo antropológico que seja feita unilateralmente e esse documento substituir a escritura pública e o registro. Cada documento que mexe no direito pético da propriedade precisa ser construído à luz dos olhos de todos os interessados."

Posição do governo

O governo federal é contra a mudança e o Ministério da Justiça já se comprometeu a enviar para o Congresso no início do ano uma proposta que permita mais participação da sociedade no processo de demarcação.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), a proposta é duplamente inconstitucional. Ele diz acreditar que ela fere direitos e garantias fundamentais dos povos indígenas porque iria praticamente inviabilizar novas demarcações de áreas indígenas, quilombolas e ambientais.

Revisão das demarcações

CONT.



Ele também afirma que é uma tentativa de tirar uma atribuição do Poder Executivo, prejudicando o equilíbrio entre os poderes. Molon assinala que até hoje o País tem violado os direitos de seus primeiros habitantes e que isso não pode continuar. "Hoje nós temos o desafio de resgatar, de saldar essa dívida e não de torná-la ainda maior, dificultando a demarcação de suas terras e, ainda mais, correndo o risco de rever demarcações como alguns dos que defendem a PEC 215 no fundo querem: desfazer demarcações já feitas pelo Poder Executivo."

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) chama a proposta de criminosa porque ameaça direitos adquiridos ao ameaçar rever o que já foi homologado. Na opinião do parlamentar, a proposta ampliaria os conflitos no campo por considerar que hoje não há um equilíbrio de forças dentro do Congresso, que teria uma maioria de representantes dos proprietários rurais. "É chamar para dentro do Congresso Nacional todo conflito agrário do Brasil. Se toda questão de terra passar a ser decidida no Congresso, o conflito será longo. Aqui nada será decidido porque a correlação de forças será muito difícil chegar a uma conclusão; pela própria correlação política de forças dentro do Congresso Nacional."

No ano passado, um grupo de parlamentares pediu ao Supremo Tribunal Federal a suspensão da tramitação da proposta com o argumento de que ela seria inconstitucional, mas o pedido foi negado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, que considerou precipitado interferir no funcionamento de uma comissão do Congresso.



Funai presta contas ao Parlamento Europeu sobre o processo de expulsão de agricultores de área demarcada no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.01.2014

Na última quarta-feira, dia 22, a Funai apresentou no Parlamento Europeu a chamada política brasileira de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, com foco na demarcação de terras. O exemplo apresentado foi a versão oficial da Funai para o processo de expulsão dos agricultores da Terra Indígena Awá, no Maranhão.

A Funai que constantemente se recusa a comparecer no Congresso brasileiros para prestar informações, atendeu ao convite de representantes do Parlamento Europeu comparecendo à conferência da qual também participaram o Ministério das Relações Exteriores, representante da OIT, políticos europeus e ONGs.

Além de conferir dados oficiais e esclarecimentos sobre a situação do povo Awá, o evento reforçou os avanços da política indigenista brasileira e a importância do apoio institucional da União Européia. Várias das ações da Funai no Brasil são financiadas com recursos doados pelo Banco Alemão KfW.

Ressaltou-se que a proteção das terras e povos indígenas está relacionada com o respeito aos direitos humanos e proteção ambiental, com significativa interlocução com sistemas e organismos internacionais de direitos humanos.

Já a expulsão de gente pobre decorrente desse processo não está relacionada com nada.

Dilma Rousseff não manda na política indigenista brasileira

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.01.2014



O novo mecanismo de interação do Questão Indígena com o leitor, o Fale Conosco, já está dando resultado. E que resultado!! Recebemos documentos que evidenciam uma relação íntima do núcleo indigenista do Governo com a jornalista Miriam Leitão. Ao que parece, Miriam tem mais influência no Palácio do Planalto do que a Senadora Katia Abreu e o Deputado Weverton Rocha.

A informação recebida pelo QI evidencia que Miriam Leitão viu, ainda no ano passado, o plano de desintrusão e de reassentamento dos agricultores que estão sendo expulsos da Terra Indígena Awá-Guajá. O acesso ao plano foi formalmente solicitado por meio de ofícios, tanto pela Senadora Katia Abreu, quanto pelo Deputado Weverton Rocha. O Palácio do Planalto ignorou os pedidos de ambos, mas mostrou o plano à Miriam. Porque o Palácio mostrou o plano à Miriam e negou acesso a Abreu e Rocha você entenderá nesse post.

Vamos primeiro às evidências. No dia de Natal a jornalista Miriam Leitão publicou em seu blog um texto comemorando o início da operação militar que expulsará milhares de pequenos agricultores pobres do Maranhão de uma área demarcada pela Funai. No texto Miriam escreveu a seguinte frase: "há uma área próxima, em Bom Jardim, onde devem ser assentadas 60 famílias".

A informação parecia uma canelada porque ninguém que acompanha o problema no Maranhão, nem nós do Questão Indígena, jamais ouviu falar na existência dessa área. O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão, José Hilton Coelho de Souza, chegou a emitir uma nota oficial desafiando a jornalista a informar onde ficava a tal área. "A Federação solicita que a jornalista Miriam Leitão, que tem fontes privilegiadas, informe a localização exata da "área onde devem ser assentadas 60 famílias", para que o juiz seja comunicado e

CONT.



determine a remoção das pessoas desalojadas para o referido local", dizia a nota de Souza. Miram Leitão calou-se.

Ocorre que a informação recebida por nós hoje dá conta de que essa tal área próxima ao município de Bom Jardim, com aproximadamente 4 mil hectares e capacidade para o assentamento de 60 famílias consta no plano de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá. Ou seja, Miriam Leitão viu o plano. Como a informação deve ter vazado do Palácio do Planalto, a jornalista se calou diante da nota da federação para não dar pistas da fonte.

Para se entender como e porque uma jornalista tem mais acesso ao Palácio do Planalto do que os legítimos representantes do povo é preciso entender como funciona o núcleo indigenista do Governo.

É sabido que o Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, é uma imposição do ex presidente Lula ao Governo de Dilma Rousseff. Carvalho é filósofo, estudou teologia e iniciou sua militância política na Pastoral Operária da Igreja Católica. A mesma Igreja Católica influenciada pela Teologia da Libertação que acomoda o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade que funciona como ONG envolvida em 10 de cada 10 conflitos entre índios e produtores rurais no Brasil. No Cimi trabalhou como consultor o indigenista Paulo Maldos. Maldos, que foi casado com a ex presidente da Funai, a antropóloga Marta Azevedo, e ajudou a organizar e financiar a ONG indigenista Instituto Socioambiental (ISA), é hoje secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, subordinado à Gilberto Carvalho.

Paulo Maldos e Marta Azevedo eram o núcleo indigenista do Governo Dilma Rousseff, a porta por onde as ONGs indigenistas nacionais e internacionais e o Cimi acessam o Executivo. Eram porque Marta Azevedo foi exonerada no ano passado diante do agravamento da crise indígena no Mato Grosso do Sul. Hoje essa porta é Paulo Maldos.

Como não há lei que regulamente processos de desintrusão, Maldos, a pedido dos antropólogos da Funai e quem sabe até de ONGs, tem puxado para si a coordenação de todos os processos de expulsão de brasileiros sem etnia de áreas demarcadas pela Fundação. Foi ele quem coordenou a operação militar de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsédé, no final de 2012. Foi também ele quem coordenou a operação que está expulsando nesse momento mais de mil pequenos agricultores da Terra Indígena Awá-Guajá.

Um dos grandes desafios de quem coordena operações como essas é convencer a opinião pública, nacional e internacional, de que o ato de expulsar e violar direitos de agricultores pobres, além de lícito, é moral e é aqui onde entra Miriam Leitão.

Antes do início da operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá a ONG Survival International e a revista Vanity Fair financiaram uma expedição do fotógrafo Sebastião Salgado e da própria Miram Leitão à região. A expedição de Leitão e Salgado ao Maranhão rendeu fotos que circularam o mundo. O jornal O Globo, onde trabalha Miriam Leitão, publicou uma gigantesca reportagem ilustrada com as fotos de Sebastião Salgado numa edição de domingo, além de editar um hotsite com os bastidores da matéria. A revista americana Vanity Fair

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

publicou outra gigantesca reportagem assinada por Alex Shoumatoff e também ilustrada com as fotos de Salgado. O fotógrafo esteve no Programa do Jô falando dos índios Awá-Guajá. Tudo parte de uma grande e bem articulada campanha de mídia dirigida para legitimar a operação de desintrusão coordenada por... Paulo Maldos.

Foi essa necessidade de dar legitimidade moral a uma operação de expurgo étnico que fez Paulo Maldos afirmar na Voz do Brasil que "a maioria dos ocupantes da área são madeireiros e plantadores de maconha". É muito mais fácil violar direitos de gente ruim do que de gente pobre. A maioria dos ocupantes da área são pequenos agricultores como mostrou o Questão Indígena:

Miriam Leitão viu o plano de desintrusão cujo acesso foi negado pelo Planalto à Senadora Katia Abreu e ao Deputado Weverton Rocha. É grande a chance de que o acesso da jornalista ao Plano tenha sido franqueado por Paulo Maldos ou com a conivência dele.

É improvável que as atitudes de Maldos sejam atitudes do Governo Dilma. O núcleo indigenista do Planalto tem vida própria. Atua independentemente do interesse e da vontade da Presidenta Dilma Rousseff. Lula impôs Gilberto Carvalho à Dilma, Carvalho sustenta Maldos no governo e Maldos governa a política indigenista do Brasil. Simples assim.



Minha Casa, Minha Vida vai contemplar comunidades quilombolas de Cachoeiro
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 26.01.2014

Coordenação estadual quer levar moradias a outras comunidades quilombolas do Estado

A comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado, assinou um contrato com a Caixa Econômica Federal para o financiamento de moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida, por meio do Programa de Habitação Rural, que atingirá 43 das cerca de 120 famílias da região.

Segundo Arilson Ventura, da coordenação estadual das comunidades quilombolas, ainda não há previsão de quando as casas começarão a ser construídas, mas sabe-se que elas estarão localizadas no mesmo lugar onde, hoje, cada família auxiliada vive. Ele explica que em cada módulo do programa podem ser inscritas até 50 famílias. Aquelas que ainda não receberam o benefício já podem reunir a documentação necessária e se organizar em grupos de, no mínimo, quatro famílias, para solicitar as moradias conjuntamente. A Caixa financiará um valor que pode chegar a 96% do custo total da construção da moradia.

Para a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, a porcentagem restante com a qual cada família descendente de quilombolas arcará será mínima e corresponde à realidade financeira dessa população. Arilson aponta que as famílias serão orientadas a organizar a dívida de forma que ela seja quitada aos poucos. Segundo o coordenador, 1% do valor da moradia será pago em cada ano, até que o valor complete a quantia restante. Cada unidade residencial custa, em média, R\$ 28,5 mil.

A coordenação estadual está se organizando para que o Programa de Habitação Rural seja levado às demais comunidades quilombolas existentes no Estado.

Expansão

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva.

Arilson Ventura comunicou que a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas abriu uma mesa de debates com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para discutir a

CONT.



questão dos territórios quilombolas no Estado, junto às prefeituras dos municípios que abrigam essas populações; aos Ministérios Públicos Federal e Estadual; e ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf).

Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados. A demora na regularização da terra da comunidade de São Domingos, no município de São Mateus, pronto para julgamento desde janeiro de 2012, chamou atenção do Ministério Público Federal (MPF-ES), que ajuizou ação para agilizar o processo. Esta é a última fase antes da publicação da portaria que devolve as terras aos seus verdadeiros donos.

O mesmo ocorre com a comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, que tem 85% dos seus 9,5 mil hectares ocupados pela Aracruz. A portaria de reconhecimento do território foi publicada em 2007, mas foi questionada pela empresa, que obteve vitória na Justiça, gerando a anulação. Em outubro do ano passado, foi aberto um novo processo, que pode levar de dois a três anos para ser concluído. De acordo com o Incra, Linharinho aguarda a finalização do Levantamento Fundiário, a elaboração da planta georreferenciada e o cadastro das famílias.

Em situação semelhante estão as três comunidades de Roda d' Água (Roda d'água e Morro da Onça; Córrego do Alexandre e Porto Grande) e as quatro comunidades da Bacia do Rio Angelim (Angelim 1, Angelim 2, Angelim 3 e Angelim Disa), das quais o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), etapa inicial do processo de titulação, ainda estão sendo elaborados.

A comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, teve seu RTID publicado. O Incra aguarda finalização do prazo dos trâmites para que seja encaminhada a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território.

Em 2012, para a regularização fundiária, também foram publicadas as portarias das comunidades de São Jorge e Serraria/São Cristóvão, no norte do Estado; de Retiro, em Santa Leopoldina, e São Pedro, em Ibirapu, também no norte. Ações de desapropriação para áreas da comunidade do Retiro já foram ajuizadas e, com isso, há a possibilidade da titulação das terras atualmente ocupadas pelos quilombolas. A comunidade de Serraria/São Cristóvão espera o ajuizamento das ações de desapropriação; e São Pedro aguarda a desapropriação dos imóveis sobre as terras ajuizadas neste ano. Segundo Arilson, São Pedro deverá ser a primeira comunidade quilombola a ser titulada no Estado.

Em dezembro de 2013, a Justiça Federal acatou pedido do Ministério Público Federal (MPF-ES), em ação civil pública, e determinou o pagamento pelo Estado de R\$ 100 mil às famílias da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra. O valor é referente a danos morais coletivos praticados pela Polícia Militar durante uma operação que culminou com a prisão arbitrária de pelo menos 32 quilombolas. A decisão aconteceu quatro anos após a operação policial que marcou um dos episódios mais violentos de agressões e humilhações aos quilombolas do norte do Estado.

Para a operação, realizada em novembro de 2009, no governo Paulo Hartung (PMDB), o Estado

CONT.



disponibilizou um verdadeiro aparato de guerra para prender os quilombolas, com cerca de 100 policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME), da 3ª Companhia do Batalhão Militar do Meio Ambiente (BPMA) e de três grupos da 5ª Companhia Independente, além do apoio de milicianos da Garra – segurança armada da Aracruz Celulose (Fibria).

Contra os quilombolas, havia uma acusação de roubo de eucalipto, mas sequer houve apreensão de madeira. Os policiais também não tinham mandado de prisão ou estado de flagrante delito o que, segundo a juíza federal Mariana Carvalho Bellotti, por si só, já é ilegal. Como agravante, não ocorreu a comunicação imediata das prisões ao juiz competente, ao Ministério Público e às famílias dos presos ou pessoa por eles indicada.

Segundo a Comissão Pró-Índio, entidade que também atua em favor da luta quilombola no Brasil, a primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995. Nos últimos anos, a situação não melhorou. Atualmente, apenas 196 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território, número que representa 6% da totalidade estimada pelo movimento social (3.000 comunidades). O que comprova uma atuação governamental ainda muito aquém do necessário para garantir o direito à terra previsto na Constituição Brasileira e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.



Autores de execução de motorista em reserva indígena não são identificados
SÍTIOG1/MA, 26.01.2014

*Crime ocorreu na reserva indígena Coquinho, em Barra do Corda.
Motorista levou tiro no rosto e morreu ainda no local.*

Nenhum dos autores do assassinato do motorista de uma empresa de ônibus interestadual, João Amaro da Silva, 57 anos, foi preso até agora. O crime ocorreu por volta das 23h de sexta-feira (25), dentro da reserva indígena Coquinho, no município de Barra do Corda. O motorista levou um tiro no rosto, de espingarda, após não conseguir abrir a porta para os assaltantes.

O ônibus de placas KGO 4299 saiu da cidade de Imperatriz, com destino a Floriano (PI), mas foi interceptado na BR-226. De acordo com o delegado Alessandro Passos, de Barra do Corda, o serviço velado da polícia apurou que os responsáveis pelo crime seriam indígenas.

"Suspeitamos de dois índios, que são os líderes desses assaltantes e estavam presos até meados da semana passada, exatamente pela prática de assaltos violentos na região. Foram soltos por excesso de prazo", explicou.

O homem, que morreu no local do crime, era natural de Floriano (PI). O corpo foi levado para a cidade de origem na manhã deste domingo.

Recorrente

Segundo o delegado Alessandro, esse tipo de crime está ocorrendo quase que diariamente naquele trecho da BR-226. "Eles normalmente aproveitam locais cheios de buracos, jogam paus, pedras, e anunciam o assalto, atiram contra o vidro, contra o para-brisa. Essa situação dos indígenas é um pouco emblemática, porque a Funai se nega a nos dar apoio nessas operações. É atribuição da Polícia Federal. Já mandamos ofícios para a Procuradoria da República, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal comunicando os constantes assaltos na reserva", concluiu.



Projeto susta demarcação de terra indígena Kaingang no Rio Grande do Sul

SÍTIO JORNAL BRASIL, 26.01.2014

A Câmara analisa projeto de decreto legislativo (1261/13) que susta a aplicação de uma portaria do Ministério da Justiça que dá aos índios Kaingang posse permanente da Terra Indígena Rio dos Índios, no município de Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul (Portaria 3895/04).

O autor da proposta, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), argumenta que o grupo indígena não ocupava a região em 1988, como é exigido pela Constituição para esses casos.

Além disso, segundo ele, a população afetada pela demarcação não foi ouvida durante o processo.

“No decorrer do tempo, tanto o estado quanto a União prometeram uma solução pacífica para o caso e a devida indenização aos agricultores, porém o que se concretizou foi o contrário: famílias desabrigadas, sem indenização sequer de suas benfeitorias, resistindo a conflitos com índios e ações policiais, total descaso com quem trabalhou a vida inteira sobre essas áreas e ajudou com o crescimento do País”, afirma.

Tramitação

A proposta será analisada pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito. Depois, seguirá para análise do Plenário.

Fonte: Agência Câmara Notícias



Editores do site publicam artigo sobre migrações indígenas na Revista Clio (UFPE)
SÍTIO ÍNDIOS NO NORDESTE, 26.01.2014

Por Edmundo Monte

A nova edição da Revista Clio, publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, traz um artigo sobre migrações e trabalho dos índios Xukuru do Ororubá, escrito em coautoria pelos editores do site Índios no Nordeste.

Abaixo, um resumo do texto:

A partir das memórias orais dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE), analisamos as migrações de indivíduos desse povo indígena, na segunda metade do Século XX. As migrações foram recordadas nos processos históricos de disputas em torno das terras invadidas pelos plantios de tomates e frutas da Fábrica Peixe e fazendeiros criadores de gado. Muitas famílias Xukuru migraram para as periferias do município, a exemplo das que constituíram o Bairro "Xucurus", na área urbana de Pesqueira, e passaram de agricultores a operários nas indústrias na cidade. Outros Xukuru, seguindo as trajetórias de parentes e amigos, enxergaram nos grandes centros urbanos mudanças e melhorias nas condições de vida. A Grande São Paulo foi o destino de alguns desses migrantes, onde fixaram moradia. Em ambos os espaços para onde migraram, observamos diferentes momentos, os percursos das viagens, as relações sociais no cotidiano, as experiências de trabalho em contextos situados nas fronteiras entre o campo e a cidade.

O artigo completo em PDF está disponível AQUI (http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2014/01/Artigo-Revista-Clio_Xukuru-e-fronteiras-campo-cidade_Edmundo-e-Edson.pdf).

Não deixem de conferir também o site da revista (<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/index>).



Invasões nas terras Mura
SÍTIO CEDEFES, 27.01.2014

PEDIMOS APOIO PARA ESTA DENÚNCIA. QUEM ESTÁ TRABALHANDO SÃO AS COMUNIDADES, PRECISAMOS DE AJUDA PARA A DIFUSÃO DESTA DENÚNCIA.

Nosso propósito é pressionar as autoridades para a conclusão imediata da demarcação das terras Mura.

DINHEIRO CONTRA A FLORESTA. Aqui lembramos a passagem da Marcha Xingu por Brasília, da luta pelo Santuário, pela Aldeia Maracanã, pelas terras Guarani, fontes de ânimo e dignidade;

Na região onde estivemos estava acontecendo a extração ilegal de floresta. e ainda acontece em comunidades próximas. não tivemos tempo de fotografar os criminosos desta região, eles interromperam a devastação a partir do dia 22 de janeiro, para que não registrássemos. a pressão precisa continuar, precisamos que a demarcação aconteça imediatamente. somamos 180 castanheiras que se mantiveram em pé desde o dia 22 até hoje. mas, esses criminosos podem voltar... DEMARCAÇÃO DAS TERRAS MURA JÁ!

Continuaremos publicando filmes sobre esta e outras denúncias de devastação nas terras Mura. São aproximadamente 1600 indígenas, e o processo de demarcação ainda não foi concluído. quem tem interesse nessa enrolação? ora, ora, são as criaturas que ganham dinheiro com as invasões ilegais, a devastação da floresta, da fauna e da flora. e esses monstros gostam de derrubar CASTANHEIRAS.



FAIND/UFGD abre amanhã inscrições para Especialização em Educação Intercultural
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 27.01.2014

Por: Folha de Dourados

Com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais (gestores e docentes) da Educação Básica que atuam diretamente na Educação Escolar Indígena, a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da UFGD abre, a partir de amanhã (28), inscrições para a seleção da primeira turma do curso de Especialização em Educação Intercultural com área de concentração em Educação Intercultural Indígena.

O edital está disponível pelo link http://editais.ufgd.edu.br/download/Edital_39_2013.pdf e deve ser devidamente lido pelos interessados em participar da seleção. Ao todo são 60 vagas, para ingresso no primeiro semestre de 2014, com previsão para março. As inscrições devem ser efetuadas exclusivamente pela internet, por meio do endereço <http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao>, até o dia 18 de fevereiro.

O curso será presencial, com duração de 18 meses e carga horária de 405 horas. Durante os dois primeiros semestres as aulas serão ministradas às sextas-feiras à noite e aos sábados, nos períodos matutino e vespertino. No terceiro semestre os discentes se dedicarão exclusivamente à produção do trabalho final, que será apresentado em formato de artigo científico.

O programa do curso compreende temas como administração e gestão escolar na educação escolar indígena, avaliação e planejamento na educação escolar indígena, fundamentos legais da educação escolar indígena, história da educação escolar indígena, educação escolar indígena e gestão territorial, currículos diferenciados, políticas linguísticas na educação escolar indígena, interculturalidade, didática intercultural, políticas públicas e educação escolar indígena e saberes tradicionais e a descolonização dos saberes escolares.

O processo de seleção será composto de três fases: análise documental, prova escrita e análise curricular. A prova escrita está prevista para o dia 1º de março.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail posintercultural@ufgd.edu.br. Também das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da Faculdade Intercultural Indígena, localizada na rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso. Fone: (67) 3410-2621.



No MA, ônibus de viagem é assaltado dentro de reserva indígena na BR-226
SÍTIO SLZ NEWS, 27.01.2014

Um ônibus de viagem foi assaltado na madrugada desta segunda-feira (27), na BR-226, dentro da Reserva Indígena Canabrava, no região central do Maranhão.

As vítimas registraram boletins de ocorrência nas primeiras horas da manhã. Os passageiros disseram que os assaltantes foram violentos e levaram todos os pertences que estavam no bagageiro do veículo.

Assassinato

Segundo a polícia, o motorista de ônibus João Amaro da Silva, de 58 anos, foi assassinado durante assalto na mesma região, na madrugada de sábado (25). Quatro homens encapuzados e armados invadiram o veículo e ordenaram ao motorista que abrisse a porta de acesso aos passageiros. O condutor teria demorado para conseguir abrir a porta e acabou atingido por um tiro na boca. A vítima, que era natural de Floriano, no Piauí, morreu a caminho do Hospital Acrísio Figueira, em Barra do Corda.

Mistério

A polícia investiga outro crime na região. O caminhoneiro Gleydson Costa Silva, de 30 anos, foi encontrado morto dentro de um caminhão, em um posto de gasolina próximo a Lajeado Novo, a 626 km de São Luís. Ainda não há informações sobre suspeitos.

Suiá-Missú: Produtores rurais retomam área de onde foram expulsos pela Funai
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.01.2014



Produtores rurais rasgam a bandeira do Brasil às vésperas da operação que os expulsou de suas terras em 2012

Reportagem da jornalista Camilia Nalevaiko, publicada no portal Agência da Notícia, conta que os produtores rurais que foram expulsos pelo Governo da área da antiga Fazenda Suiá-Missu, estão retomando suas terras. A área foi demarcada como indígena em um dos processos fraudulentos da Funai e os agricultores foram expulsos no final de 2012.

De acordo com a vice-prefeita de Alto Boa Vista Irmã Irene, as famílias estão voltando para as terras. "Estamos nos organizando e voltando para as terras, já se passou um ano e até agora não recebemos nada do Governo Federal e não vamos mais viver na miséria como estamos vivendo", disse.

Há cerca de quinze dias a Polícia Federal e a Força Nacional deixaram o local. Os funcionários da Funai que ficaram na área chegaram a entrar em um princípio de confronto com os produtores rurais e tiveram uma câmera fotográfica e alguns equipamentos sequestrados ao tentarem registrar a retomada branca.

Até o momento não houve reforço policial, as famílias estão seguindo para o Posto da Mata de onde devem seguir para suas terras. "Nós não vamos ficar morrendo de fome e vivendo na miséria. Nós não podemos pagar por um erro do Governo que nos abandonou", disse um dos produtores que já está na área à jornalista.

Depois que os produtores rurais foram expulsos a área foi entregue aos índios Xavante que costumam patrulhar a área armados com espingardas de caça. A chance de uma ação violenta dos índios contra os produtores é grande.

Cacique Damião é perseguido por invasores em Marãiwatséde, e Polícias Federal e Rodoviária vão retornar à terra indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014

Pedido para o reforço policial foi feito pelo Ministério Público Federal no sábado (25/01) depois de ter conhecimento de um plano de invasão da área. A justiça determinou a presença das polícias no local

MPF MT



A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estão sendo intimadas pela justiça com a ordem para retornarem à terra indígena Marãiwatséde para evitar uma nova invasão da área. O pedido para o retorno das forças policiais foi feito pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal diante de informações de um plano para invadir novamente o território indígena.

Há exatamente um ano, a Força Nacional declarava encerrada a retirada de todos os não

índios que ocupavam ilegalmente as terras do povo Xavante. A presença de invasores na antiga vila, conhecida como Posto da Mata, foi confirmada pelo cacique Xavante Damião Paridzané, que na manhã deste domingo (26/01) foi impedido de circular pelo território indígena:

“Não consegui chegar lá [no Posto da Mata] porque os posseiros fecharam a estrada. Todo mundo correu atrás da gente. Era muita gente [muitos invasores], umas 70, 100 pessoas. Quase me pegaram. Tive que fugir”, relatou o cacique.

Identificação dos responsáveis

A decisão do juiz federal determina, também, que na hipótese de a invasão ocorrer, as forças de segurança devem fazer a identificação dos invasores, especialmente das lideranças, a apreensão dos veículos e equipamentos utilizados para resistir e desobedecer a polícia.

O Ministério Público Federal será comunicado para tomar as providências cabíveis na esfera penal, como requerer a prisão dos responsáveis pela invasão.

Assessoria de Comunicação Ministério Público Federal.



Indígenas apontam nome para secretaria

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 27.01.2014

SUEDA MARINHO
Editoria de Cidade

Indígenas das etnias Macuxi, Wapichana, Ingaricó e Yanomami, que estão acampados no prédio da Secretaria Estadual do Índio (SEI), localizada no Parque Anauá, desde o dia 17 deste mês, procuraram a Folha para apresentar a pessoa indicada por eles para ocupar o cargo de secretário dessa pasta. Atualmente Chico Roberto é quem ocupa o cargo.

O indicado é o advogado Wenston Raposo, da etnia Macuxi, bisneto de Ko'Go Damiana, a qual teve o nome homenageado no Centro de Produção e Comercialização do Artesanato Indígena de Roraima, que funciona na própria secretaria alvo dos protestos.

O presidente Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur), Rondinele Abel, explicou que somente desocuparão a sede da SEI quando o governo aceitar a indicação e o nome for publicado no Diário Oficial do Estado.

“Uma das nossas reivindicações é que a secretaria seja assumida por um representante do povo. Wenston é a nossa indicação por ser parente nosso e mostrar potencial para ocupar este cargo. Temos certeza que será uma grande mudança. E nossas expectativas são as melhores, já que nosso indicado não tem vínculo algum com partidos políticos. Esperamos uma resposta do executivo”, salientou Abel.

Conforme os indígenas, a atual gestão sofre interferências políticas e não atende às necessidades das comunidades. Os índios denunciam que não há escola, a assistência da saúde é precária e as máquinas colocadas à disposição das comunidades indígenas estão sucateadas, enquanto novos maquinários estão sendo utilizados nas fazendas de autoridades e políticos na região do Município de Iracema.

“Encaminhamos ao Ministério Público Federal um documento denunciando, além dessas situações, a existência de 48 cargos comissionados que só aparecem para assinar a frequência. Além do pagamento de diárias aos técnicos que nunca chegam às localidades”, afirmou o secretário-geral da Sodiur, Lupedro Abel Mesquita. (S.M)



Ilegalidades: Procuradoria pede anulação de portaria da reserva do Morro dos Cavalos

SÍTIO BLOG DO MOACIR PEREIRA, 27.01.2014

O pedido de anulação da portaria que criou a reserva indígena no Morro dos Cavalos pelo Ministério da Justiça, denuncia várias inconstitucionalidades e revela a Santa Catarina um verdadeiro conluio entre Ongs, Funai e antropólogos envolvidos no fraudulento processo.

O primeiro fato: a Constituição Federal estabelece claramente que as reservas serão demarcadas a partir da existência de grupos indígenas em 1988. A Funai e o Ministério da Justiça acolheram estudo antropológico de 2002, portanto, 14 anos depois do prazo constitucional.

A petição inicial da Procuradoria Geral do Estado faz outras revelações contundentes, mostrando outras fraudes. Em 1992, data do primeiro estudo antropológico feito por um grupo de especialistas da Ufsc, indicou que na reserva do Morro dos Cavalos havia apenas uma família de índios guaranis vindos do Paraguai. A reserva tinha, então, uma área com 121 hectares.

Uma antropóloga ligada a Ong Centro de Trabalho Indigenista (CTI) ampliou a área para 1.998 hectares. E incluiu os índios da etnia guarani Mbyá, que não estavam na reserva em 1988 e 1995, data do estudo da Ufsc. Mais grave, o laudo que fundamentou a portaria do Ministério da Justiça, foi emitido pela mesma antropóloga da Ong CTI, contratada pela Funai.

Funai e Ministério da Justiça de ignoraram a existência de centenas de famílias ali residentes há décadas, com títulos de propriedade. E nem ouviram o governo estadual.

Trágico é constatar : acidentes que ceifaram dezenas de preciosas vidas humanas e deixaram centenas de mutilados tiveram por causa a não duplicação da BR-101 no Morro dos Cavalos, em função da fajuta reserva.



Policias Federal e Rodoviária vão retornar à terra indígena Marãiwatséde

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 27.01.2014

A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estão sendo intimadas pela justiça com a ordem para retornarem à terra indígena Marãiwatséde para evitar uma nova invasão da área.

O pedido para o retorno das forças policiais foi feito pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal diante de informações de um plano para invadir novamente o território indígena. Há exatamente um ano, a Força Nacional declarava encerrada a retirada de todos os não índios que ocuparam ilegalmente as terras do povo Xavante durante anos.

A presença de invasores na antiga vila, conhecida como Posto da Mata, foi confirmada pelo cacique Xavante Damião Paridzané, que na manhã deste domingo (26/01) foi impedido de circular pelo território indígena. "Não consegui chegar lá [no Posto da Mata] porque os posseiros fecharam a estrada. Todo mundo correu atrás da gente. Era muita gente [muitos invasores], umas 70, 100 pessoas. Quase me pegaram. Tive que fugir", relatou o cacique.

Identificação dos responsáveis

A decisão do juiz federal determina, também, que na hipótese de a invasão ocorrer, as forças de segurança devem fazer a identificação dos invasores, especialmente das lideranças, a apreensão dos veículos e equipamentos utilizados para resistir e desobedecer a polícia.

O Ministério Público Federal será comunicado para tomar as providências cabíveis na esfera penal, como requerer a prisão dos responsáveis pela invasão.

CONT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANTÃO

PROCESSO Nº : 2007.36.00.012519-0
EXEQUENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EXECUTADOS : LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSÚ S/A E
OUTROS

Trata-se de manifestação ministerial por meio da qual se dá notícia de provável nova invasão por não-índios na Terra Indígena Marãiwatsédé, no curso de execução provisória de desocupação de terras da União, especialmente, em razão da ausência das forças de segurança do Estado na região.

É a síntese.

Diante da notícia levada ao conhecimento do juízo de que existem fundadas razões para se concluir que a Terra Indígena Marãiwatsédé será novamente invadida, às vésperas de se completar o primeiro ano depois da primeira desocupação e, especialmente, pela completa ausência das forças de segurança do Estado na região, impõe-se que se façam prevalecer os postulados do Estado Democrático de Direito, dentre eles, o respeito e fiel cumprimento às decisões judiciais.

Isto posto, **determino** que o Departamento de Polícia Federal e o Departamento de Polícia Rodoviária

CONT.

Federal de Mato Grosso, reforcem o seu efetivo na região, estabelecendo barreiras de acesso à localidade conhecida por Posto da Mata, situada dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé, assim como tomem outras medidas de segurança que entenderem necessárias, adequadas e proporcionais, tudo com o objetivo de evitar uma nova invasão de não-índios.

E, ainda, na hipótese de a invasão ocorrer, as forças de segurança deverão proceder à identificação dos invasores, especialmente, as lideranças, a apreensão de veículos e equipamentos utilizados no cometimento dos crimes de resistência (art. 329 do CP) e/ou desobediência (330 do CP), para que o Ministério Público Federal possa tomar as providências cabíveis na seara penal, dentre elas, se for o caso, requerer a prisão das lideranças responsáveis pela invasão.

Por fim, fica desde já o Ministério Público Federal autorizado a divulgar pelos meios de comunicação da região a presente decisão, para que a sociedade civil dela tome conhecimento.

Expeça-se mandado de intimação ao Superintendente da Polícia Federal e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso para que adotem prontamente as medidas necessárias para o fiel cumprimento da presente decisão.

Intimem-se as partes.

Cuiabá-MT, 26 de janeiro de 2014, 14:00hs.

JEFERSON SCHNEIDER
Juiz Federal da 5ª Vara/MT
EM PLANTÃO

p. 2



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

Quarta-feira o programa A Voz do Índio apresentará seu 13º programa

SÍTIO FAXAJU, 27.01.2014

Na próxima quarta-feira, o programa A Voz do Índio apresentará seu 13º programa. Apresentadores: Apolonio Xokó e Fernando Meneses. Neste dia, o entrevistado será o professor Diogo Monteiro, que abordará o tema: O documentário Índios no Imaginário Sergipano. Nele tratamos das imagens sobre indígenas construídas por estudantes e professores do Ensino Básico e professores universitários sergipanos a partir do que eles observam nos livros didáticos de História.

Então, a discussão deve girar em torno da relação entre imagem sobre indígenas, livro didático e ensino de História. O professor Diogo em cursou o mestrado em antropologia pela UFS. Sua dissertação teve como título: indígenas e Iconografia Didática: as imagens dos índios nos manuais de História do Programa Nacional do Livro Didático. Vale a pena conferir!! O programa vai ao AR todas as quartas-feiras, das 07:45 às 09hs, pela Rádio Aperipê AM(630). também podendo ser acompanhado via internet: <http://www.aperipe.com.br/> ou diretamente: <http://www.ideastek.net/aperipeam/>

Paulinho Carvalho

Produtor



Boletim de Notícias - Edição nº 15./ 2014

Brasília, 27 de janeiro de 2014.

MEC lança edital para selecionar livros com temática indígena

SÍTIO PORTAL EBC, 27.01.2014

O Ministério da Educação lançou hoje (27) edital para seleção e aquisição de obras de literatura sobre a temática indígena para estudantes e professores da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e magistério. As obras serão destinadas às escolas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O edital, publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União, convoca editores para o processo de inscrição e seleção de obras literárias sobre a temática indígena que, divulguem e valorizem a diversidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros, além da contribuição deles no processo histórico de formação da sociedade.

Serão aceitas para participar do processo de aquisição obras de literatura de autores indígenas e não indígenas que estimulem a ruptura de estereótipos sobre as histórias, culturas e identidades, em uma abordagem positiva de pluralidade cultural indígena e da afirmação de direitos culturais diferenciados dos povos indígenas.

O cadastramento de editores e pré-inscrição das obras pode ser feito até as 18h do dia 19 de abril. A inscrição/entrega das obras e da documentação vai de 6 a 8 de maio das 8h30 às 16h30. A íntegra do edital está na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As obras são para o Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE Indígena 2015.

Editor: Talita Cavalcante

Diversidade Cultural, esquecida da Justiça
SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 27.01.2014



Apesar das conquistas da Constituição e de convenções internacionais, decisões do Judiciário continuam desconhecendo caráter pluricultural e pluriétnico do Brasil

Por Ela Wiecko V. de Castilho

Falta aprofundamento sobre os direitos dos povos à sua identidade cultural. Aprofundamento teórico, como se observa pela extensa bibliografia sobre direitos civis, políticos, econômicos e sociais, e ausência de literatura sobre eles. Prático, quando se examina a implementação dos direitos humanos.

Cultura são “traços espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que distinguem e caracterizam uma sociedade ou um grupo social”, conjunto que abrange as artes e letras, mas também “os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os valores, as tradições e as crenças”- conforme definição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) na Convenção Internacional sobre a Diversidade Cultural (2001).
topo-posts-margem

A insuficiente delimitação do conteúdo dos direitos culturais deve-se certamente ao fato de a codificação dos direitos culturais não se encontrar sistematizada em um só tratado, mas dispersa em grande número de instrumentos, tanto universais como regionais. Mas a verdadeira razão seria o temor dos Estados a que o reconhecimento do direito às diferentes identidades culturais pudesse colocar em perigo as unidades nacionais – um temor que revela a força do fenômeno histórico da colonialidade.

CONT.



A colonialidade é constituída num sistema eurocêntrico, embasado na inferiorização naturalizante de grupos humanos, lugares, saberes e subjetividades não ocidentais. Essa inferiorização se apoia na extração dos recursos e na exploração da força de trabalho em uma lógica de reprodução estendida do capital. A colonialidade sobreviveu ao colonialismo (situação de submissão de povos por meio de um aparelho administrativo e militar metropolitano) e continua se reproduzindo por meio de discursos e tecnologias do desenvolvimento e da globalidade. Ela abarca uma dimensão ontológica (colonialidade do ser) e uma dimensão epistêmica (colonialidade do saber) (1).

Globalmente articulada, foi ela o motivo da oposição a que se introduzissem os direitos culturais na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos(DUDH), durante a Conferência de São Francisco, em 1945. Tais direitos só vieram a ser reconhecidos em 1966, no art. 27 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (2).

Identidade cultural

A Unesco tem aprovado convenções, declarações e recomendações que desenvolvem o conteúdo dos direitos antes enunciados. A Convenção relativa à Luta contra as Discriminações da Esfera do Ensino, de 1960, por exemplo, diz no art. 5º que "deve ser reconhecido aos membros das minorias nacionais o direito ao exercício das atividades docentes, emprego e ensino do próprio idioma, sempre e quando: (i) esse direito não seja exercido de modo que impeça aos membros das minorias compreender a cultura e o idioma do conjunto da coletividade e fazer parte em suas atividades, nem que se comprometa a soberania nacional (ii...), (iii...)".

A Carta Africana, de 1981, introduz o conceito de identidade cultural como conjunto de características que distinguem um grupo social. Esse tema tem sido tratado junto com o das minorias nacionais e o dos povos indígenas e tribais. Em 2005, na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, os aspectos culturais são reconhecidos como um dos motores fundamentais do desenvolvimento, tão importante quanto os aspectos econômicos. A "proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo", afirma .

A identidade cultural – "conjunto de referências culturais por meio do qual uma pessoa ou um grupo se define, se manifesta e deseja ser reconhecido" (3)– não pode, contudo, ser restringida a grupos étnicos. Há grupos sociais que não se incluem na categoria de povos indígenas e tribais ou de minorias nacionais, mas que possuem forte identidade cultural, como é o caso de populações que vivem da atividade agrícola.

Constituição de 1988

A Constituição de 1988 rompe com uma história de quase 500 anos de negação da autonomia cultural dos povos indígenas e do direito à diferença étnica e reconhece o Brasil como um país pluriétnico e multicultural. Há cerca de 300 povos indígenas ou sociedades indígenas com identidade própria, diferentes entre si e da sociedade dominante. Há mais de 3000

CONT.



comunidades quilombolas no Brasil.

O seu conceito de cultura abrange as manifestações das “culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (art. 215, §1º). Isso significa que há grupos na sociedade brasileira que possuem modos diferentes de criar, fazer e viver. A Constituição não manda mais integrar todos numa única cultura, ao contrário, reconhece o direito à manutenção das diferenças étnicas e os direitos culturais dos indígenas, afrodescendentes e demais grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Contudo, nem sempre a proteção expressa da cultura popular na Constituição de 1988 tem sido adequadamente avaliada pelo poder público. Tem ficado invisível, por exemplo, nos estudos de impacto ambiental: pesquisa com onze estudos para empreendimentos do setor elétrico mostra como é ignorada a cultura de comunidades rurais. Poucos se preocuparam em revelar a dimensão coletiva da população atingida, ao contrário: seu discurso leva o leitor à percepção de um universo disperso, um aglomerado de famílias ou de estabelecimentos rurais avulsos; quando muito, fazem referência às relações de parentesco e vizinhança ou a redes de solidariedade.

Isso decorre de uma ideologia que associa as características típicas do universo rural tradicional ao ‘atraso’ ou ao ‘estagnado’, em contraste com o desenvolvimento, que encontra nos empreendimentos de geração de energia elétrica um de seus maiores ícones. Trata-se da colonialidade.

Reconhecimento dos direitos culturais

Os direitos culturais não são suficientemente reconhecidos no Brasil. Faltam normas que complementem o que consta na Constituição e nos instrumentos internacionais ratificados, assim como estruturas administrativas que assegurem a prática dos direitos pelos povos e grupos humanos culturalmente diversos. Leis que colidem frontalmente com o direito à diversidade cultural, como o Estatuto do Índio (Lei n. 6001, de 1967), continuam sendo aplicadas.

Notem alguns exemplos. Uma secretaria estadual de Educação e Cultura não autorizou o funcionamento de quatro escolas de aldeias indígenas em razão do reduzido número de alunos e formação inadequada dos professores. Contudo, os estados que avançaram no cumprimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas consideram o número de alunos por terra indígena, e não por aldeia. Isso é essencial para consolidar a educação escolar indígena intercultural, pautada na flexibilidade curricular e na organização comunitária, com o propósito de oferecer e produzir conhecimentos que possam reduzir as desigualdades sociais no diálogo com outras culturas e fortalecer os conhecimentos tradicionais.

Um juiz de Direito indeferiu o pedido de retificação de registro civil, feito por um procurador da República, para que fosse lavrado com os sinais indicativos de peculiaridades fonéticas da língua Yanomami. Invocou ausência de legitimidade do Ministério Público, por não se tratar de direito da coletividade, mas de direito personalíssimo. Ora, o uso da própria língua e de seus sinais gráficos característicos diz respeito à cultura do povo indígena, bem protegido

CONT.



constitucionalmente, e a defesa desse direito está expressamente atribuída ao Ministério Público Federal.

Outros direitos

Mas há ainda uma outra exigência que se impõe, advinda do Estado pluriétnico e multicultural. É o reconhecimento da existência de outros direitos, ou conjuntos de normas que regem uma organização social. Entra-se aqui no tema do pluralismo jurídico, de amplo tratamento na filosofia e teoria do direito no séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, e que, retomado em termos muito diferentes pela antropologia do direito, é uma das questões mais estudadas pela disciplina atualmente.

Conforme Boaventura de Souza Santos, o conhecimento multicultural – matéria-prima do pluralismo jurídico – é perpassado por duas dificuldades: o silêncio e a diferença. O direito estatal destruiu as formas de saber próprias dos povos que foram objeto do colonialismo ocidental. Como realizar o diálogo quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio, sem que o interlocutor fale a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar? (4).

O ponto crucial desse déficit de reconhecimento é o embate contínuo entre visões de mundo e, no interior mesmo do campo dos direitos humanos, o confronto entre direito ao desenvolvimento e direito à identidade cultural. É emblemática a decisão do juiz federal de Altamira no caso Belo Monte, segundo a qual “deve prevalecer uma política desenvolvimentista/ integracionista no trato destas sociedades” (indígenas). A visão de direito ao desenvolvimento do referido juiz é restrita àquela da sociedade hegemônica, podendo ser imposta aos grupos subalternos, porque “os interesses indígenas não podem jamais soterrar o interesse público nacional”.

Superar o pensamento hegemônico (a colonialidade)

A insatisfação dos grupos étnicos ou culturais está crescendo. Não se conformam mais em ser invisíveis para a burocracia do Estado e para a sociedade, nem se contentam com a simples carta de direitos. Querem que sejam extraídas todas as consequências do reconhecimento étnico e cultural.

Assim, por exemplo, a demanda pela educação e saúde indígena diferenciada, por programas no rádio e na televisão em língua indígena, pelo registro civil dos nomes indígenas, pelo respeito às suas normas. Assim também a demanda pela titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais as mais diversas, não mais restritas a indígenas ou quilombolas.

Além da luta incessante dos povos e grupos que têm suas identidades étnicas e/ou culturais negadas, a ampliação do reconhecimento dos direitos culturais exige um conjunto de iniciativas do Estado brasileiro. Uma delas diz respeito ao ensino jurídico que, de modo geral, só estuda o direito estatal e propaga a ideia de que o costume é desimportante no Brasil. Por outro lado, prevalece a ótica do direito subjetivo individual sobre os direitos coletivos ou transindividuais – o que pode ser percebido na interpretação dada pelo Judiciário nas ações civis públicas.

CONT.



O objeto de estudo jurídico continua sendo a norma e não a situação-problema, a demanda, e como aplicar a norma a essa situação. Não se proporciona a oportunidade de estudar a legislação indigenista e os direitos culturais, não se trabalha com o conceito de território étnico/cultural, com o direito à diferença e tantos outros conceitos desenvolvidos pelas ciências sociais. Não há pesquisa sobre normas estabelecidas ao lado e, às vezes, até contra o direito estatal.

Também o sistema de justiça não tem fornecido a adequada resposta às violações que lhe são levadas ao conhecimento. Apesar da Constituição de 1988 ter rompido com o paradigma assimilacionista, presente nas políticas indígenas desde o período colonial, a prática judiciária oferece respostas tímidas diante do novo modelo do constitucionalismo plural, pautado numa concepção da igualdade que incorpora a diferença.

“Subjacente a essas dificuldades [do ensino e prática jurídica] encontra-se uma controvérsia ainda mais ampla sobre uma concepção de direito e de justiça, sobre um modelo de ordem econômica e política e sobre um paradigma de relações sociais e de cultura”, ensina o jurista José Eduardo Faria (5). Para concretizar o Estado Democrático de Direito pluriétnico e multicultural é necessário reinterpretar as leis e construir uma nova sensibilidade jurídica, diante da interculturalidade e do lugar da diversidade no constitucionalismo.

-

1 Estudos sobre a colonialidade têm sido desenvolvidos por pensadores críticos ligados ao movimento indígena da Bolívia e do Equador e ao Fórum Social Mundial. Entre eles, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Sandro Mezzadra, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gomes e Catherine Walsh.

2 Todos os instrumentos internacionais indicados podem ser consultados no Minicódigo de Direitos Humanos, organizado por Eduardo C.B. Bittar e Guilherme de Assis Almeida, publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em 2010, com distribuição gratuita.

3 CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do sistema interamericano. SUR: revista internacional de direitos humanos, ano 3, n. 5, 2006, p.44 [ed. em português].

4 SANTOS, Boaventura de Souza, 2000, p. 27.

5 FARIA, José Eduardo. A reforma do ensino jurídico. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, v. 21, p. 45,